



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PARECER

PROJETO DE LEI N. 546/2020

PROPONENTE: Deputado Saullo Vianna

RELATOR: Deputado RICARDO NICOLAU

Dispõe acerca da instituição da política estadual de proteção à pessoa portadora de albinismo.

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Deputado Saullo Vianna, apresentou no dia 24 de novembro de 2020 o Projeto de Lei nº 546/2020, que dispõe sobre a Instituição da Política Estadual de Proteção à Pessoa portadora de Albinismo.

O PL tramitou na Comissão de Constituição e Justiça e Redação, a qual se manifestou favorável, apresentando emenda modificativa.

Nesta oportunidade, o projeto vem a Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a mim a relatoria do referido PL.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A proposta visa regulamentar o projeto que dispõe sobre Instituição da Política Estadual de Proteção à Pessoa portadora de Albinismo, de modo a melhorar o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência no âmbito do Estado do Amazonas.

No tocante à competência objetiva, é válido pontuar que a propositura abrange tema relacionando à saúde. Assim, a Constituição Federal dispõe:





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII–previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIV–proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Neste passo, observa-se caber ao legislador estadual criar normas adicionais que visem assegurar a saúde da população.

Quanto à competência de iniciativa, é competente o Poder Legislativo para propositura da demanda, visto que o Projeto Lei em questão não dispõe sobre matérias de iniciativa privativa previstas no artigo 33, § 1º da Constituição do Estado do Amazonas.

II. I DA EMENDA MODIFICATIVA

A proposta apresentada sofreu Emenda Modificativa da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), no qual alterou o inciso I do Artigo 4º, passando a ter a seguinte redação:

Art. 4º (...)

I – o acesso prioritário ao atendimento e tratamento dermatológico e oftalmológico especializado em órgãos públicos.

II.II Análise de adequação da propositura às Leis Orçamentárias Estaduais

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir a Política Estadual de Proteção a Pessoa com Albinismo, como forma de assegurar a promoção de políticas públicas voltadas para as pessoas com essa condição causada pela deficiência na





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

produção de melanina, de modo a preservar seus direitos assegurados pela Constituição, qual seja: direito a saúde, inclusão social e demais direitos sociais.

Posto isso, pontua-se que a demanda não possui impacto financeiro, estando em consonância com a Lei Orçamentária, e consequentemente, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.

Posto isso, declaro que a propositura possui viabilidade formal e material para prosseguir nos moldes do Regimento Interno desta Casa e das demais legislações vigentes.

III- VOTO

Ante o exposto, em vista do que me compete analisar, manifesto-me **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei 546 de 2020, nos termos da EMENDA MODIFICATIVA, apresentada.

S.R VIRTUAL DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 04 de maio de 2021.

DEPUTADO RICARDO NICOLAU

Relator

